



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: maio de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rura

Índice

Leite, tomate e feijão provocam alta da cesta básica em 16 capitais – Karin Sato – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010	2
Índice de preços ao produtor em SP cai 1,2% em abril – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2010	3
Estudo questiona peso da produção familiar – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2010	3
Preço de alimentos tem alta de 5,19% no ano – Valor Econômico – Brasil – 10/05/2010	5
Argentina limita importação de alimentos – Gustavo Henemann – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/05/2010.....	6
Argentina cria barreira a alimento importado – Daniel Rittner e Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil – 11/05/2010	7
Lula anuncia criação de linha de crédito de 1 bilhão de euros para alimentos – Valor Econômico – Brasil – 17/05/2010	8
Fundo europeu destina 100 milhões de euros à AL – Valor Econômico – Brasil – 17/05/2010.....	9
Marca de alimento pesará menos na decisão de compra – Francine de Lorenzo – Valor Econômico – Empresas – 19/05/2010	9
Segurança alimentar está no campo – José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião – 21/05/2010	10
Graziano: "fortalecer a Agricultura familiar é o atalho para soberania alimentar" – MDA – 25/05/2010.....	12
China e Bahia fazem parceria em alimentos e energia – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegocio- 25/05/2010	15

Leite, tomate e feijão provocam alta da cesta básica em 16 capitais – Karin Sato – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010

O valor da cesta básica avançou 16 das 17 capitais pesquisadas em abril pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Apenas em Goiânia houve queda no preço dos gêneros alimentícios essenciais. A cesta básica ficou mais cara principalmente pelo aumento dos preços do leite, tomate e feijão.

O maior avanço no custo da cesta básica em abril se deu em Natal, com variação mensal de 12,09% (R\$ 223,22). Em seguida, aparecem Belo Horizonte, com alta de 6,55% (R\$ 239,06), e Recife, com expansão de 6,17%, para R\$ 214,48. Na capital paulista, a cesta ficou 3,01% mais cara (R\$ 261,39). Em Goiânia, o preço da cesta caiu

0,22% mais barata (R\$ 206,46). Aracaju (R\$ 184,97) e Fortaleza (R\$ 187,21) têm as cestas mais baratas. A mais cara é a de Porto Alegre (R\$ 268,72).

No intervalo de 12 meses encerrado em abril, somente em Goiânia a variação acumulada é negativa, com queda de 2,54%. As elevações mais expressivas foram registradas em Recife (21,42%), Natal (16,40%), São Paulo (15,85%) e Salvador (15,08%).

No mês passado, na média das 17 capitais, o trabalhador que ganhava salário mínimo precisou cumprir uma jornada de 98 horas e 44 minutos para adquirir a cesta, acima das 94 horas e 38 minutos necessárias em março.

Tomando por base a cesta mais cara (Porto Alegre), o salário mínimo necessário para despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência deveria ser de R\$ 2.257 em abril.

Índice de preços ao produtor em SP cai 1,2% em abril – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2010

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado - registrou em abril a primeira variação negativa mensal desde julho de 2009.

A queda, de 1,2%, foi determinada pelas oscilações no grupo formado por 14 produtos de origem vegetal, que, em média, recuou 2,23%. Nesta frente, a laranja para mesa caiu 23,31% e a laranja destinada às indústrias de suco recuou 13,09%. Segundo o IEA, o tombo da laranja para mesa pode ser explicado pelo fim do verão, quando a demanda é maior, e pela queda de preços da fruta para a indústria, pressionada pelo início da nova safra (2010/11) e pela queda das cotações internacionais do suco.

O grupo composto por seis produtos de origem animal, por sua vez, subiu em abril. A alta média de 1,37% foi puxada pelas valorizações dos leites B (4,3%) e C (2,89%).

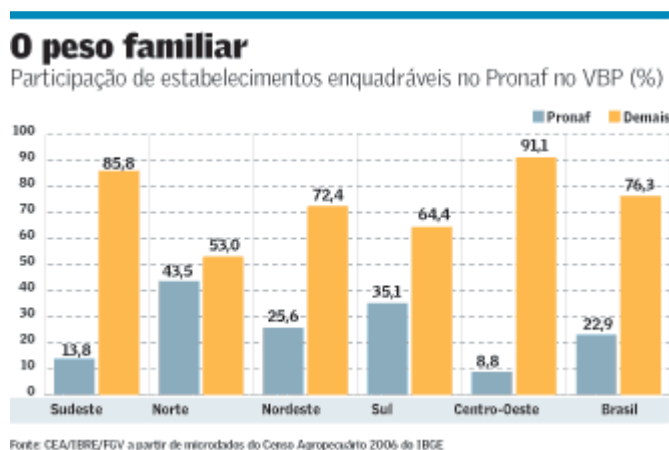
Apesar da queda de abril, o IqPR acumula variação positiva de 23,46% nos últimos 12 meses. Nesse período, os vegetais acumulam ganho médio de 32,25% e os produtos de origem animal, de 1,49%.

Estudo questiona peso da produção familiar – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2010

Um amplo estudo encomendado pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) à Fundação Getúlio Vargas (FGV) reabriu ontem o debate sobre a real

contribuição da produção familiar à geração de riqueza e ao abastecimento de alimentos no país.

Em 190 páginas, seis pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV) questionam resultados do Censo Agropecuário 2006, divulgado pelo IBGE no fim de 2009, e redimensionam o papel do segmento familiar na produção agropecuária com base em microdados do IBGE e critérios estabelecidos pelo Banco Central para a concessão de crédito rural.



A FGV defende haver 3,33 milhões de produtores familiares enquadrados como beneficiários do programa de crédito familiar (Pronaf), que são donos de 64,4% das propriedades rurais do país e geram 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional (VBP), estimado em R\$ 240 bilhões em 2009.

No censo do IBGE, acusado de "desonesto, equivocado e ideológico" pela CNA, haveria 4,36 milhões de agricultores familiares, donos de 84% dos estabelecimentos e de 38% do VBP. As propriedades não alcançadas pelo Pronaf seriam 1,6 milhão, segundo a FGV - ou 30% do total. E produziriam 76% do VBP, e não os 62% indicados pelo IBGE.

Além disso, a maior parte da produção de alimentos da cesta básica (trigo, arroz, milho e feijão de cor) seria gerada por esse grupo fora do Pronaf, exceção feita ao feijão preto, cuja produção está nas terras de "pronafricanos" e assentados da reforma agrária.

Pode parecer trivial, mas esses dados têm influência direta na formulação de políticas públicas e na concessão de benefícios específicos a cada segmento. Daí, a pesquisa servir como alavanca aos ataques ruralistas aos dados do IBGE.

"O IBGE quer dividir o país de maneira política e ideológica ao fixar o tamanho de propriedade, e não a renda gerada, como critério principal para traduzir o setor rural", acusou ontem a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "É uma leitura equivocada, nociva ao país. Divide a agricultura entre pobres e ricos, bons e maus, pequenos e grandes".

Um mês após divulgar o Censo 2006, e sob muitas críticas internas, o IBGE foi obrigado a rever sua projeção de concentração da propriedade da terra no Brasil.

Questionado - e atacado no estudo -, o IBGE preferiu comentar os dados apenas em uma futura audiência pública convocada pelos senadores da Comissão de Agricultura. Procurado ontem, o instituto não quis se pronunciar sobre o estudo da FGV.

A pesquisa patrocinada pela CNA também levantou discussões sobre orientações e urgência da reforma da política agrícola do governo. A CNA defende uma nova "tipificação" do público-alvo dos programas de crédito rural subsidiados pelo Tesouro Nacional.

Pela proposta, haveria uma renda mínima a ser gerada, ainda não fixada, como pré-requisito para a concessão do crédito oficial. Abaixo dessa referência, a produção não seria estimulada pelo governo. Teria que haver "políticas públicas" de erradicação da pobreza e promoção do bem-estar social. "Isso regularia o mercado, evitaria trabalho ao Estado e pouparia recursos públicos", disse a senadora.

A pesquisa FGV-CNA aponta que dois terços das propriedades enquadradas nos critérios do Pronaf têm um VBP "tão baixo" que nenhum estímulo à produção seria suficiente para elevar a renda desse grupo de "residentes rurais" e produtores para "auto-consumo". No Nordeste, haveria 1,3 milhão de proprietários nessa condição econômica.

Diante do diagnóstico, a CNA defende a criação de uma faixa específica para médios e grandes produtores, atualmente atendidos com os mesmos critérios de juros, prazos de carência e pagamento, além de limites de crédito, que dividiria seus riscos em termos percentuais com o Tesouro.

"Não pode ter 100% de risco do Tesouro. Precisamos impor limites à subvenção", defendeu Kátia Abreu. Aos grandes, argumenta, não interessa financiamento público, mas incentivo ao seguro rural, proteção cambial ("hedge") e sustentação de preços.

Preço de alimentos tem alta de 5,19% no ano – Valor Econômico – Brasil – 10/05/2010

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve como referência para o governo fixar as metas de inflação, ficou em 0,57% em abril, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado indica uma leve aceleração em relação à taxa de março, que foi de 0,52%. Nos primeiros quatro meses do ano, no entanto, o índice acumula alta de 2,65%, bem acima da taxa de 1,72% verificada em igual período de 2009.

De acordo com o IBGE, o reajuste nos preços dos remédios, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis e a entrada no

mercado de artigos da coleção outono-inverno pressionaram a alta do IPCA na passagem de um mês para o outro.

Outro destaque foram os salários dos empregados domésticos, que também apresentaram aumento (1,60%), embora menor do que no mês de março (1,81%).

Os preços dos alimentos subiram menos, mas, na avaliação do IBGE, continuam sendo o vilão da inflação, pois apenas este ano já acumulam alta de 5,19%. Os preços do combustíveis recuaram 1,23% em abril, com a queda de 1,95% no valor cobrado pela gasolina.

Argentina limita importação de alimentos – Gustavo Henemann – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/05/2010

Medida deverá barrar produtos brasileiros como carne suína, tomate e milho em conserva, segundo a imprensa local

Decisão, que deve entrar em vigor em 10 de junho, não foi publicada; supermercados receberam a informação por telefone ou pessoalmente

Depois de sinalizar a distensão de barreiras comerciais em relação aos produtos brasileiros, o governo argentino anunciou agora que irá proibir redes de supermercados de importar alimentos que também sejam produzidos localmente. Prevista para vigorar em 10 de junho, segundo a imprensa local, a medida deve barrar principalmente itens da agroindústria brasileira, como carne suína, tomates e milho em conserva.

O anúncio foi feito na quinta-feira passada pelo secretário do Comércio Interior argentino, **Guillermo Moreno**. Sem publicar a norma nos diários oficiais do governo, ele comunicou a decisão por telefone ou pessoalmente aos diretores de grandes redes de supermercados, deixando dúvidas sobre os critérios e a extensão da proibição. Apesar de não ter sido informado oficialmente sobre as restrições comerciais e de os alimentos não serem ""significativos" nas exportações ao país vizinho, o governo brasileiro procurou o primeiro escalão do governo argentino. A intenção, segundo a Folha apurou, é comunicar a ""preocupação" em relação ao caso. Mesmo sem ter sido oficializada, a medida já vem causando problemas na venda de milho em conserva brasileiro às redes argentinas, segundo fontes do governo. O presidente da Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação), Edmundo Klotz, diz que as empresas com negócios na Argentina consideraram a atitude do secretário ""muito estranha". Klotz afirma que, se a medida for realmente aplicada, a indústria argentina terá dificuldades para substituir os produtos brasileiros. ""Se o Brasil retaliar, será mais oneroso para eles. Mas a situação ainda não chegou a esse ponto e estamos tentando entender se é só uma notícia, um fato ou se será um decreto."

"Eles não são [um mercado] tão importantes quanto imaginam, mas todo cliente é custoso para conquistar e não queremos [perdê-los]", afirmou.

Sem saber como negociar compras futuras, as redes de supermercados disseram que irão se reunir com Moreno ainda nesta semana. Para não correr o risco de perder a mercadoria, as empresas levarão listas de produtos para que o secretário indique o que será proibido. A principal dúvida é em relação aos produtos que, de forma geral, são produzidos no país, mas que não são exatamente iguais aos importados.

Massa e azeite
Até agora, o secretário -conhecido pela falta de institucionalidade nas atitudes, segundo a imprensa argentina- vetou verbalmente as massas italianas e o presunto e o azeite de oliva espanhóis. Poderoso dentro do governo da presidente Cristina Kirchner, Moreno influencia decisões em diferentes ministérios. Ontem, a reportagem entrou em contato com a Secretaria do Comércio Interior três vezes para solicitar detalhes sobre a medida tomada. Nenhum funcionário, além de Moreno, está autorizado a falar. O secretário não respondeu aos pedidos de entrevista.

Argentina cria barreira a alimento importado – Daniel Rittner e Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil – 11/05/2010

Tendo a crise europeia como justificativa, a Argentina começará a barrar a entrada de alimentos importados no país, a partir de 1º de junho. Comunicada informalmente às grandes varejistas, a medida visa conter a importação de produtos europeus, mas pode acabar afetando, ainda que marginalmente, produtos brasileiros.

Só serão alvo das restrições itens com similar nacional. Massas e molhos italianos, cervejas alemãs e irlandesas, pêssego em calda grego, presunto cru e azeites espanhóis são exemplos de bens que deverão ser vetados. A Secretaria de Comércio Interior acredita que a perda de valor do euro e a volta da crise à Europa estimulam produtores locais a despejar mercadorias em terceiros mercados.

Alimentos que não concorrem com fabricantes argentinos, como palmitos e café, ficarão de fora da medida. A dúvida é o que ocorrerá com os produtos intermediários -aqueles com produção nacional, mas insuficiente para atender a demanda interna. Nessa lista não estão apenas quitutes para usufruto da classe média, mas alimentos de consumo popular.

Um grupo de importadores confirmou ao **Valor** que o governo deixou clara a intenção de vetar a entrada de milho brasileiro. O temor é que a restrição se estenda a outros produtos, como carne suína e tomates enlatados. A preocupação dos importadores é com o desabastecimento de alguns itens específicos e com a alta de preços, pela queda da concorrência.

A partir de 10 de junho, fiscais da Secretaria de Comércio Interior percorrerão os supermercados para garantir o cumprimento da medida. O secretário Guillermo Moreno, um dos funcionários de maior poder no governo de Cristina Kirchner, tem sido o principal responsável pelas fracassadas políticas de combate à inflação.

"Foi uma surpresa desagradável, pode prejudicar muitas empresas brasileiras, mas acredito que é apenas algum tipo de pressão para poder negociar outras coisas", avalia Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), que acredita em uma mudança de posição do governo argentino. O presidente da Abia diz confiar no poder de negociação do governo brasileiro.

O pano de fundo da medida é a deterioração da balança comercial argentina. No primeiro trimestre, as importações cresceram 33%, ritmo três vezes maior que a expansão das exportações, cujo crescimento foi de 11%. Isso fez o saldo de janeiro a março cair para US\$ 2,1 bilhão. No mesmo período de 2009, era de US\$ 3,5 bilhões.

Para a consultoria Abeceb.com, o veto aos alimentos importados terá "baixo impacto" sobre as contas externas. A Argentina importou US\$ 6,3 bilhões da União Europeia em 2009, mas apenas US\$ 139 milhões foram em alimentos. Os importados representam em torno de 3% dos produtos oferecidos nos supermercados, mas a proporção é maior na capital.

Lula anuncia criação de linha de crédito de 1 bilhão de euros para alimentos – Valor Econômico – Brasil – 17/05/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, em visita a Teerã, a abertura de uma linha de crédito no valor de € 1 bilhão para as empresas brasileiras interessadas em exportar alimentos para o Irã, especialmente de origem agropecuária. Esse montante será liberado ao longo de cinco anos e pago diretamente às empresas no Brasil, ou seja, sem o risco de a linha de financiamento vir a ser de alguma forma atingida por eventuais novas sanções internacionais, se elas forem impostas ao Irã.

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, falou da necessidade de também ter linha de crédito parecida. O comércio entre o Brasil e o Irã chega a US\$ 1,2 bilhão e a expectativa é que o fluxo comercial logo esteja na casa dos US\$ 10 bilhões. O bilhão de euros anunciado por Lula será um financiamento do Proex operado pela Caixa Econômica Federal.

Rodrigo Azeredo Santos, do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, reagiu com desdém às perguntas sobre eventuais sanções atingirem a linha de financiamento. Lembrou que a Alemanha financia mais de US\$ 6,5 bilhões no Irã, a França US\$ 4 bilhões, e o Brasil apenas US\$ 1 bilhão. As sanções previstas para o Irã, caso sejam adotadas pela ONU, não devem atingir alimentos. A expectativa brasileira é com a venda de carnes, mas a exportação de grãos também pode ser analisada.

Foram assinados também convênios na área de ambiente e ciência e tecnologia. Os iranianos manifestaram interesse na indústria de armamento do Brasil, mas as conversas são incipientes. Primeiro iranianos e brasileiros vão colocar no papel o que gostariam de comprar do outro país, o que demora. O Irã tem interesse na compra de aviões de transporte regional da Embraer e também no Super Tucano, fabricado pela

empresa. Mas ao contrário da questão dos alimentos, os armamentos são uma área sensível.

Ahmadinejad saudou Lula como o líder de uma "nova ordem mundial", considerou em crise o capitalismo e disse que Brasil e Irã estão distantes, mas podem se aproximar com um aperto de mão. O brasileiro foi mais generoso com o colega: além do bilhão de euros anunciado, Lula voltou a criticar o alijamento do Irã da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que o brasileiro considera uma decisão política e não técnica. **(RC)**

Fundo europeu destina 100 milhões de euros à AL – Valor Econômico – Brasil – 17/05/2010

A União Europeia (UE) vai lançar amanhã um fundo de investimentos para a América Latina, o Latin America Investment Facility (Laif), com míseros € 100 milhões (US\$ 123 milhões). O montante é duas vezes menor que o crédito de US\$ 286 milhões que o Brasil fornecerá a Grécia através do FMI.

Bruxelas faz toda uma festa, porém, argumentando que o montante do fundo servirá para alavancar financiamento adicional de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões para investimentos até 2013, principalmente nos países pequenos e em projetos de infraestrutura, ambiente e tecnologia.

Os europeus insistem que seu volume de investimentos na América Latina alcança € 275,4 bilhões, mais do que na China, Índia e Rússia juntos. A expectativa é de que os negócios entre pequenas e médias empresas possam ser estimulados. Bruxelas espera a criação de um Fundo Caribenho de Infraestrutura, também para aumentar a capacidade de financiar na região.

Negociadores das duas regiões continuavam tentando superar divergências ontem, sobre a declaração conjunta dos chefes de Estado e de governo a ser divulgada amanhã no fim da cúpula União Europeia-América Latina e Caribe. **(AM)**

Marca de alimento pesará menos na decisão de compra – Francine de Lorenzo – Valor Econômico – Empresas – 19/05/2010

O perfil de consumo de alimentos dos brasileiros está mudando. A marca, que hoje é apontada por 59% dos consumidores como o fator mais importante na decisão de compra, deve ter sua importância reduzida nos próximos anos, aponta pesquisa do Ibope e Fiesp.

O estudo mostra que apenas 42% dos consumidores acreditam que, no futuro, o nome da empresa continuará sendo o principal item considerado na hora da compra. "A marca não deixará de ser importante, mas terá menor peso na avaliação do consumidor

porque outros fatores ganharão força", diz Marcelo Castilho, gerente de Atendimento e Planejamento do Ibope Inteligência.

A qualidade é o item que mais deve ganhar importância, seguido pelo teor nutritivo. Ambos os fatores devem se sobrepor a questões como sabor e preço no momento da compra. "Isso indica que os consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos mais saudáveis", afirma Antonio Carlos Costa, gerente do Departamento de Agronegócio da Fiesp e coordenador da pesquisa.

Essa não é uma particularidade tupiniquim. Os brasileiros estão seguindo uma tendência mundial, segundo Costa.

"Cada vez mais os consumidores buscam conveniência, praticidade, confiabilidade e sustentabilidade. Embora os brasileiros ainda não saibam bem o que é sustentabilidade e não compreendam termos como alimentos funcionais, eles buscam isso. Só não conseguem verbalizar", explica Costa.

Hoje, 21% dos consumidores brasileiros se enquadram na categoria dos que priorizam alimentos que trazem benefícios à saúde, apresentam selos de qualidade e são fabricados por empresas que protegem o meio-ambiente ou têm projetos sociais.

Independentemente de preferências, os consumidores das nove capitais pesquisadas afirmaram que também que as companhias devem investir em projetos sociais se quiserem ser admiradas e respeitadas.

Segurança alimentar está no campo – José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião – 21/05/2010

A necessidade de apoiar a agricultura familiar para garantir a segurança alimentar foi uma das conclusões da Conferência da FAO

A América Latina e o Caribe não podem desperdiçar o bônus econômico e político inédito acumulado nesta crise, como uma das regiões menos afetadas pela ressaca de ajustes traumáticos cobrados nesse momento do Leste Europeu e da Grécia, mas que também ameaçam a Península Ibérica.

Mais que o desfrute inercial de um ambiente de estabilidade democrática e relativa solidez econômica, essa é a hora de aprofundar acertos comprovados e, sobretudo, mapear flancos sensíveis a uma ação de governo, capaz de reforçar a imunidade estratégica da economia e propiciar avanços sociais no menor espaço de tempo.

Um dos nomes desse atalho é "fortalecimento da agricultura familiar" e, com ela, o resgate de alimentos originários da região, progressivamente substituídos em vários países, em especial nos mais pobres, por alimentos importados das nações ricas.

A necessidade de apoiar a agricultura familiar para garantir a segurança alimentar foi uma das conclusões da 31ª Conferência Regional da FAO, realizada no mês passado no Panamá, que reuniu 15 ministros e vice-ministros de Estado e representantes de 26 países da América Latina e Caribe, além de observadores de outros governos, da sociedade civil e de organismos internacionais.

A pedido dos governos, a FAO deverá reforçar seu apoio a políticas públicas para aumentar a produção da agricultura familiar; promover sua integração em cadeias produtivas; apoiar a comercialização das colheitas e desenhar mecanismos de financiamento associados ao uso de práticas de manejo que assegurem a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O reposicionamento da agricultura e da segurança alimentar no centro dos programas nacionais e regionais de desenvolvimento foi saudado no encontro pelo diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, como um fator que permite olhar a próxima década com maior otimismo. Não se trata de mera retórica protocolar, mas a constatação de uma mudança política atestada pelas leis de segurança alimentar já aprovadas ou em tramitação em mais de 15 países da região.

Tudo isso ajudará a avançar novamente nessa frente, já que bastaram três anos de instabilidade internacional para que perdêssemos ganhos obtidos na última década e meia de combate à fome.

Esse efeito sanfona deve parte de seu impulso à paradoxal negligência com aquele que é o ator coletivo mais importante do campo regional: o agricultor familiar que reúne 70% das propriedades, 40% da produção e garante duas de cada três ocupações rurais na média regional. Estudos feitos pela FAO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2007, confirmaram seu papel insubstituível no abastecimento de até 80% da cesta básica em regiões e núcleos populacionais de menor renda.

Para uma economia exportadora de alimentos, como é o caso da latino-americana e caribenha, a incapacidade de garantir uma dieta adequada à toda população é sempre uma lembrança incômoda da perversa desigualdade que ainda comanda o seu metabolismo produtivo.

Um ponto de solda desse gargalo está justamente nas características assimétricas da modernização agrícola assistida nas últimas décadas, que ampliou em 30% a produção e disseminou as relações de assalariamento no campo, mas que não reduziu a pobreza rural de maneira proporcional.

A queda de 50% nas cotações das commodities durante a crise, associada a uma contração mundial no financiamento à exportação - que poderá se repetir na esteira do ajuste europeu - evidenciou a fragilidade de uma arquitetura incapaz de prover a segurança alimentar até mesmo no campo. Metade da população rural latino-americana e caribenha subsiste abaixo da linha da pobreza, enquanto se desperdiça a capacidade produtiva de milhões de famílias para instaurar uma dinâmica social e econômica de características opostas.

Para resgatar o potencial da agricultura familiar e reverter esse quadro não basta fomentar a produção. Na maioria dos casos, trata-se de convergir esforços para programas unificados de reordenação territorial, a exemplo da experiência brasileira com o Territórios da Cidadania.

Dois obstáculos a serem atacados: a falta de acesso a estruturas de financiamento e comércio que assegurem o capital de giro para o plantio e, sobretudo, garantias de venda e preços mínimos na ocasião da colheita.

Uma pesquisa recente do IPEA constatou que, no caso brasileiro, a maioria dos agricultores familiares ainda planta sem ter um destino previamente negociado para o produto, tornando-se reféns de intermediários e atravessadores. Em contrapartida, 20% dessa colheita é vendida diretamente ao consumidor final, reafirmando a sua importância no abastecimento dos mercados mais distantes onde se agigantam a pobreza e a fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um braço estruturante do Fome Zero, é um antídoto cuja multiplicação contempla as urgências regionais. O PAA estreita os vínculos entre produção e demanda local permitindo modalidades de aquisição direta e antecipada da cesta básica para consumo em núcleos em situação de insegurança alimentar, programas sociais e merenda escolar. Essa ponte firme de ação pública entre a oferta e a demanda propicia uma alavanca capaz de impulsionar a transição de segmentos que hoje - se muito - subsistem junto à terra, à condição de geradores de excedente para mercado.

A 31ª Conferência Regional da FAO enfatizou a necessidade de que os países recuperem sua capacidade soberana de produzir alimentos para atender à demanda da população.

Aos que enxergam nesse movimento uma nódoa antimercado, vale lembrar a declaração do ex-presidente norte-americano Bill Clinton à Comissão de Relações Exteriores do Senado, em março deste ano, pouco antes de desembarcar em Porto Príncipe.

O governo Clinton (1993-2001) foi um dos que mais pressionaram o Haiti a eliminar tarifas para liberar a importação de arroz subsidiado dos EUA - o que destruiu a produção local e padronizou uma dieta com um grão de qualidade inferior ao produto tradicional. O mecanismo nefasto deixou o Haiti ao sabor das oscilações especulativas nas bolsas de mercadorias, mas revelaria efeitos ainda mais perversos à segurança alimentar, após o terremoto de 12 de janeiro. Em tom de mea culpa, Clinton admitiu: "Aquilo pode ter sido bom para os fazendeiros do Arkansas, mas foi um erro".

José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.

Graziano: "fortalecer a Agricultura familiar é o atalho para soberania alimentar"
- MDA - 25/05/2010

25/05/2010 12:04

O pesquisador e representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) da América Latina e Caribe, José Graziano Silva, destacou nesta sexta-feira (21), em artigo para o jornal Valor Econômico, a importância da agricultura familiar para se atingir a soberania alimentar.

Graziano destacou ainda que a 31ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe, realizada na semana passada em Brasília aprovou como resolução reforçar o apoio às políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Veja abaixo a íntegra do artigo publicado no Valor Econômico de 21/05/10.

Segurança alimentar está no campo

A necessidade de apoiar a agricultura familiar para garantir a segurança alimentar foi uma das conclusões da Conferência da FAO

A América Latina e o Caribe não podem desperdiçar o bônus econômico e político inédito acumulado nesta crise, como uma das regiões menos afetadas pela ressaca de ajustes traumáticos cobrados nesse momento do Leste Europeu e da Grécia, mas que também ameaçam a Península Ibérica.

Mais que o desfrute inercial de um ambiente de estabilidade democrática e relativa solidez econômica, essa é a hora de aprofundar acertos comprovados e, sobretudo, mapear flancos sensíveis a uma ação de governo, capaz de reforçar a imunidade estratégica da economia e propiciar avanços sociais no menor espaço de tempo.

Um dos nomes desse atalho é "fortalecimento da Agricultura Familiar" e, com ela, o resgate de alimentos originários da região, progressivamente substituídos em vários países, em especial nos mais pobres, por alimentos importados das nações ricas.

A necessidade de apoiar a Agricultura Familiar para garantir a segurança alimentar foi uma das conclusões da 31ª Conferência Regional da FAO, realizada no mês passado no Panamá, que reuniu 15 ministros e vice-ministros de Estado e representantes de 26 países da América Latina e Caribe, além de observadores de outros governos, da sociedade civil e de organismos internacionais.

A pedido dos governos, a FAO deverá reforçar seu apoio a políticas públicas para aumentar a produção da Agricultura Familiar; promover sua integração em cadeias produtivas; apoiar a comercialização das colheitas e desenhar mecanismos de financiamento associados ao uso de práticas de manejo que assegurem a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O reposicionamento da agricultura e da segurança alimentar no centro dos programas nacionais e regionais de desenvolvimento foi saudado no encontro pelo diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, como um fator que permite olhar a próxima década com maior otimismo. Não se trata de mera retórica protocolar, mas a constatação de uma mudança política atestada pelas leis de segurança alimentar já aprovadas ou em tramitação em mais de 15 países da região.

Tudo isso ajudará a avançar novamente nessa frente, já que bastaram três anos de instabilidade internacional para que perdêssemos ganhos obtidos na última década e meia de combate à fome.

Esse efeito sanfona deve parte de seu impulso à paradoxal negligência com aquele que é o ator coletivo mais importante do campo regional: o agricultor familiar que reúne 70% das propriedades, 40% da produção e garante duas de cada três ocupações rurais na média regional. Estudos feitos pela FAO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2007, confirmaram seu papel insubstituível no abastecimento de até 80% da cesta básica em regiões e núcleos populacionais de menor renda.

Para uma economia exportadora de alimentos, como é o caso da latino-americana e caribenha, a incapacidade de garantir uma dieta adequada à toda população é sempre uma lembrança incômoda da perversa desigualdade que ainda comanda o seu metabolismo produtivo.

Um ponto de solda desse gargalo está justamente nas características assimétricas da modernização agrícola assistida nas últimas décadas, que ampliou em 30% a produção e disseminou as relações de assalariamento no campo, mas que não reduziu a pobreza rural de maneira proporcional.

A queda de 50% nas cotações das commodities durante a crise, associada a uma

contração mundial no financiamento à exportação - que poderá se repetir na esteira do ajuste europeu - evidenciou a fragilidade de uma arquitetura incapaz de prover a segurança alimentar até mesmo no campo. Metade da população rural latino-americana e caribenha subsiste abaixo da linha da pobreza, enquanto se desperdiça a capacidade produtiva de milhões de famílias para instaurar uma dinâmica social e econômica de características opostas.

Para resgatar o potencial da Agricultura Familiar e reverter esse quadro não basta fomentar a produção. Na maioria dos casos, trata-se de convergir esforços para programas unificados de reordenação territorial, a exemplo da experiência brasileira com o Territórios da Cidadania.

Dois obstáculos a serem atacados: a falta de acesso a estruturas de financiamento e comércio que assegurem o capital de giro para o plantio e, sobretudo, garantias de venda e preços mínimos na ocasião da colheita.

Uma pesquisa recente do IPEA constatou que, no caso brasileiro, a maioria dos Agricultores familiares ainda planta sem ter um destino previamente negociado para o produto, tornando-se reféns de intermediários e atravessadores. Em contrapartida, 20% dessa colheita é vendida diretamente ao consumidor final, reafirmando a sua importância no abastecimento dos mercados mais distantes onde se agigantam a pobreza e a fome.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um braço estruturante do Fome Zero, é um antídoto cuja multiplicação contempla as urgências regionais. O PAA estreita os vínculos entre produção e demanda local permitindo modalidades de aquisição direta e antecipada da cesta básica para consumo em núcleos em situação de insegurança alimentar, programas sociais e merenda escolar. Essa ponte firme de ação pública entre a oferta e a demanda propicia uma alavanca capaz de impulsionar a transição de segmentos que hoje - se muito - subsistem junto à terra, à condição de geradores de excedente para mercado.

A 31ª Conferência Regional da FAO enfatizou a necessidade de que os países recuperem sua capacidade soberana de produzir alimentos para atender à demanda da população.

Aos que enxergam nesse movimento uma nódoa antimercado, vale lembrar a declaração do ex-presidente norte-americano Bill Clinton à Comissão de Relações Exteriores do Senado, em março deste ano, pouco antes de desembarcar em Porto Príncipe.

O governo Clinton (1993-2001) foi um dos que mais pressionaram o Haiti a eliminar tarifas para liberar a importação de arroz subsidiado dos EUA - o que destruiu a produção local e padronizou uma dieta com um grão de qualidade inferior ao produto tradicional. O mecanismo nefasto deixou o Haiti ao sabor das oscilações especulativas nas bolsas de mercadorias, mas revelaria efeitos ainda mais perversos à segurança alimentar, após o terremoto de 12 de janeiro. Em tom de mea culpa, Clinton admitiu: "Aquilo pode ter sido bom para os fazendeiros do Arkansas, mas foi um erro".

José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.

China e Bahia fazem parceria em alimentos e energia – Alexandre Inácio – Valor Econômico – Agronegócio- 25/05/2010

Desembarcou ontem em São Paulo o grupo de empresários e representantes do governo da Bahia que foi à China em uma missão comercial para fechar novas parcerias e tentar atrair investimentos para o Estado. Entre as áreas de interesse dos chineses e nas quais foram assinados protocolos de intenção estão as de energias renováveis, pesca, carne, grãos e algodão, além de frutas industrializadas, que seriam exportadas ao país asiático a partir do Vale do São Francisco.

Na sexta-feira é a vez de uma missão chinesa chegar à Bahia para participar de um evento para instalação de 12 câmaras setoriais. Os órgãos serão responsáveis pela elaboração do planejamento estratégico para a agropecuária baiana para os próximos 20 anos. A missão chinesa será liderada pela vice-governadora de Shandong, Wang Suilian.

Os maiores avanços obtidos pela missão baiana ocorreram nas áreas de pesca, carnes e algodão. Já está acertada a visita da maior trading chinesa de algodão à Bahia nos próximos meses, que tem um grande parque têxtil e está interessada em fechar parceria com produtores do oeste baiano. Outra comitiva formada por pesquisadores, empresários do setor de pesca e por representantes do governo chinês vem ao Estado para negociar um intercâmbio e investimentos em pesca oceânica, criação e beneficiamento de pescados.

Está agendada a visita de um grupo de empresários chineses interessados no setor de carnes. A ideia é que o grupo se reúna com pecuaristas do Estado no dia 27 de junho e, no dia seguinte, conheça o frigorífico Amargosa, instalado no município com mesmo nome, a 230 quilômetros de Salvador.